

estudos e pesquisas

Nº 55 – março de 2011

Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010

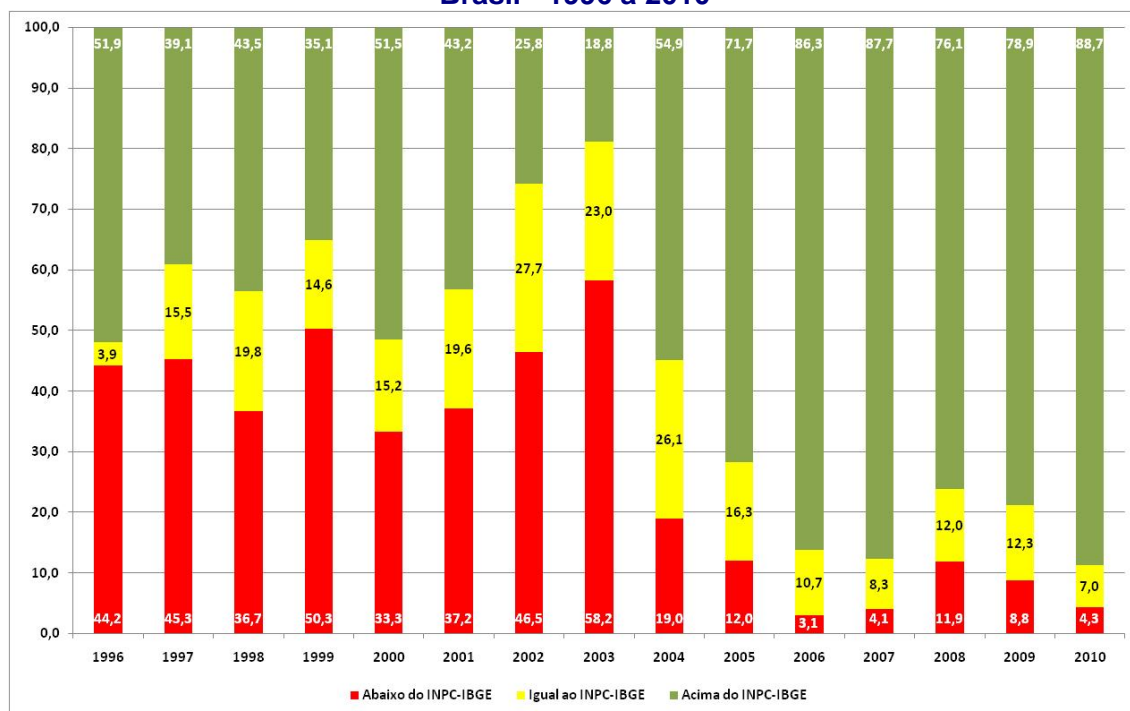
DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010

Pelo 15º ano consecutivo, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – analisa a negociação dos reajustes salariais das principais categorias profissionais brasileiras. Em 2010, o Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE) estudou os reajustes de 700 unidades de negociação dos setores da indústria, do comércio e de serviços e constatou que cerca de 96% delas pelo menos conseguiram repor a inflação medida pelo INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse desempenho é ligeiramente inferior ao observado em 2006 e 2007.

Contudo, chama a atenção o fato de 2010 ter registrado a maior proporção de negociações com aumento real nos salários de toda a série, iniciada em 1996, sempre em comparação à inflação medida pelo INPC-IBGE. Em 2010, 89% do painel analisado conquistou ganhos reais para os salários dos trabalhadores (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 1996 a 2010



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Nos estudos realizados entre 1996 e 2008 foram considerados reajustes referentes a um conjunto de categorias profissionais que, ano a ano, formavam um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações de reajustes salariais de categorias pertencentes a um painel fixo, cujo ano base é 2008. No momento, este painel conta com 845 unidades de negociação dos setores do comércio, da indústria, de serviços e rural (este não analisado na série dos balanços dos reajustes salariais). Deste painel, foram obtidas informações de reajustes salariais de 800 unidades de negociação em 2008; 762 unidades de negociação em 2009; e 700 unidades de negociação em 2010, todas consideradas no Gráfico

Resultados

Além de apresentar a maior incidência de reajustes com aumento real nos salários, 2010 distingue-se dos demais anos analisados pelo SAS-DIEESE também por registrar um crescimento significativo no número de negociações nas faixas mais elevadas de aumento real, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Em 2010, 106 negociações (15% do painel) apresentaram ganhos reais superiores a 3%. Considerando as mesmas 700 unidades de negociação nos dois anos anteriores, nota-se que em 2008 foram 29 negociações (4% do painel) com ganhos reais equivalentes; e em 2009, 37 negociações (5% do painel). Quanto aos ganhos superiores a 5%, a mesma tendência é observada: 28 negociações em 2010 diante de 2 negociações em 2008 e 10 negociações em 2009.

No entanto, ainda é elevada a concentração de reajustes salariais próximos do índice inflacionário: cerca de 74% dos percentuais negociados em 2008, 2009 e 2010 superam a inflação em 0,01% a 3%. Considerando somente as faixas de ganho real de até 2%, foram 56% das negociações em 2010; 63%, em 2009; e 64%, em 2008, sempre na comparação dos resultados das mesmas 700 unidades de negociação.

Em 2010, notam-se também queda no número de negociações com reajustes salariais insuficientes para repor a inflação e uma redução na magnitude dessas perdas inflacionárias. Aproximadamente 4% dos reajustes ficaram abaixo do INPC-IBGE. Desses, menos de 1% teve perdas superiores a 1%. Em 2008, foram 11%, dos quais quase 2% com perdas acima de 1% e; em 2009, ano em que os efeitos da crise econômica internacional mais foram sentidos na economia, foram quase 9% das negociações, com 3% apresentando perdas superiores a 1%.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 a 2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	546	78,0	557	79,6	621	88,7
Mais de 5% acima	2	0,3	10	1,4	28	4,0
De 4,01% a 5% acima	5	0,7	8	1,1	19	2,7
De 3,01% a 4% acima	22	3,1	19	2,7	59	8,4
De 2,01% a 3% acima	68	9,7	79	11,3	124	17,7
De 1,01% a 2% acima	203	29,0	182	26,0	198	28,3
De 0,01% a 1% acima	246	35,1	259	37,0	193	27,6
Igual ao INPC-IBGE	77	11,0	83	11,9	49	7,0
De 0,01% a 1% abaixo	65	9,3	39	5,6	24	3,4
De 1,01% a 2% abaixo	6	0,9	4	0,6	4	0,6
De 2,01% a 3% abaixo	3	0,4	3	0,4	0	0,0
De 3,01% a 4% abaixo	0	0,0	1	0,1	1	0,1
De 4,01% a 5% abaixo	0	0,0	2	0,3	1	0,1
Mais de 5% abaixo	3	0,4	11	1,6	0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	77	11,0	60	8,6	30	4,3
Total	700	100,0	700	100,0	700	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Reajustes salariais por setores econômicos

A análise da distribuição dos reajustes salariais segundo os setores econômicos revela que o comércio apresentou a maior proporção de negociações com ganhos reais nos salários em 2010 - 96% do total do setor. No entanto, o desempenho da indústria e dos serviços também foi significativo, com 91% e 83% das negociações com aumento real, respectivamente.

Por outro lado, foi na indústria que se observou o menor percentual de negociações com reajustes abaixo do INPC-IBGE em 2010: quase 3%, diante dos 4% observados no comércio e 7% nos serviços. Esse desempenho pode estar relacionado, em parte, ao fato de a indústria ter sido o setor mais afetado pela crise no país em 2009. Assim, com a recuperação econômica em 2010, os sindicatos foram à luta para reivindicar a compensação destas perdas (Tabela 2).

TABELA 2
Percentual dos reajustes salariais acima,
iguais ou abaixo do INPC-IBGE por setor econômico
Brasil - 2008-2010

Variação	Setor econômico								
	Indústria			Comércio			Serviços		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Acima do INPC	86,4	83,5	90,5	87,8	87,0	95,7	61,1	70,3	82,8
Igual ao INPC	7,5	8,7	6,9	4,3	7,0	0,9	19,2	18,8	10,0
Abaixo do INPC	6,1	7,8	2,6	7,8	6,1	3,5	19,7	10,9	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Reajustes salariais acumulados no triênio 2008, 2009 e 2010

Quando analisada a distribuição dos reajustes salariais acumulados nos últimos três anos das mesmas 700 unidades de negociação, observa-se que quase 89% das negociações chegaram ao fim do triênio com ganhos reais nos salários, enquanto em torno de 2% apenas igualaram a inflação acumulada no período. Isso revela que cerca de 10% das negociações consideradas chegaram ao fim do período com perdas salariais acumuladas.

Mais da metade das negociações consideradas teve ganhos reais de até 4% acima do INPC-IBGE e pouco mais de um terço obteve aumentos reais superiores a 5%.

Quanto às faixas de perda salarial, nota-se que boa parte se concentrou nas faixas próximas à variação do INPC-IBGE nos três anos.

É importante destacar que pouco mais de 5% das unidades de negociação analisadas apresentaram ganhos reais acumulados acima de 10%. Considerando que a variação do PIB brasileiro nos últimos três anos foi de aproximadamente 12,4%, nota-se que poucas negociações conseguiram incorporar aos salários ganhos reais equivalentes¹.

Na análise setorial, observa-se um quadro semelhante na indústria e no comércio: aproximadamente 92% das negociações de cada setor acumularam ganhos reais nos três anos e cerca de 8% mantiveram perdas. No setor de serviços, que apresentou uma distribuição menos favorável, 82% das negociações tiveram ganho real e, quase 14%, perdas acumuladas no período (Tabela 3).

Convém lembrar que a análise dos reajustes salariais acumulados nos três anos não deve ser tomada como indicador do comportamento dos salários sem antes considerar outros fatores, tais como a rotatividade da mão de obra. De fato, a rotatividade tem sido utilizada por algumas empresas como recurso para o rebaixamento salarial dos trabalhadores, reduzindo os efeitos positivos que os reajustes salariais acumulados possam surtir.

1 Apenas 13 unidades de negociação (2% do painel analisado) obtiveram ganhos reais superiores à variação do PIB no período (2008-2010).

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais acumulados
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 a 2010

Variação	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC	318	91,9	106	92,2	196	82,0	620	88,6
Mais de 10% acima	21	6,1	1	0,9	15	6,3	37	5,3
De 9,01% a 10% acima	14	4,0	2	1,7	3	1,3	19	2,7
De 8,01% a 9% acima	9	2,6	6	5,2	3	1,3	18	2,6
De 7,01% a 8% acima	18	5,2	15	13,0	8	3,3	41	5,9
De 6,01% a 7% acima	18	5,2	6	5,2	4	1,7	28	4,0
De 5,01% a 6% acima	27	7,8	4	3,5	12	5,0	43	6,1
De 4,01% a 5% acima	43	12,4	19	16,5	8	3,3	70	10,0
De 3,01% a 4% acima	51	14,7	14	12,2	27	11,3	92	13,1
De 2,01% a 3% acima	54	15,6	18	15,7	27	11,3	99	14,1
De 1,01% a 2% acima	35	10,1	11	9,6	35	14,6	81	11,6
De 0,01% a 1% acima	28	8,1	10	8,7	54	22,6	92	13,1
Igual ao INPC	2	0,6	0	0,0	10	4,2	12	1,7
De 0,01% a 1% abaixo	10	2,9	7	6,1	17	7,1	34	4,9
De 1,01% a 2% abaixo	6	1,7	0	0,0	11	4,6	17	2,4
De 2,01% a 3% abaixo	4	1,2	1	0,9	2	0,8	7	1,0
De 3,01% a 4% abaixo	2	0,6	0	0,0	0	0,0	2	0,3
De 4,01% a 5% abaixo	0	0,0	0	0,0	3	1,3	3	0,4
De 5,01% a 6% abaixo	2	0,6	0	0,0	0	0,0	2	0,3
De 6,01% a 7% abaixo	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,1
De 7,01% a 8% abaixo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
De 8,01% a 9% abaixo	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,1
De 9,01% a 10% abaixo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de 10% abaixo	1	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Abaixo do INPC	26	7,5	9	7,8	33	13,8	68	9,7
Total	346	100,0	115	100,0	239	100,0	700	100,0

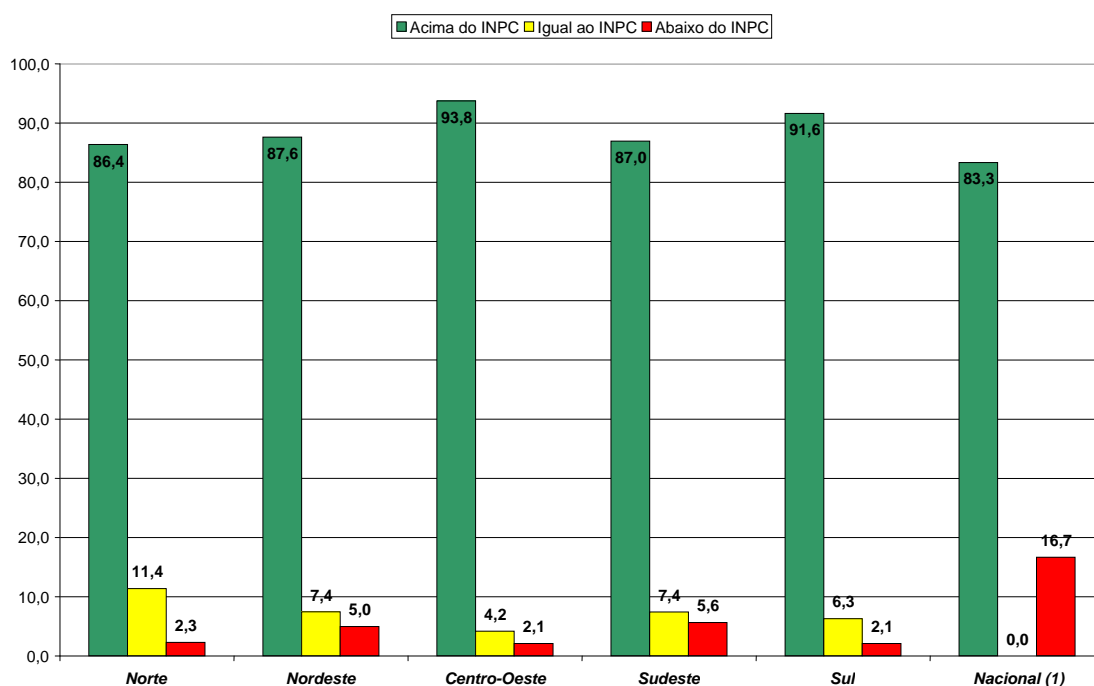
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por regiões geográficas

A apreciação dos reajustes salariais segundo o recorte regional revela panorama semelhante entre as cinco regiões: todas registraram aumentos reais em pelo menos 83% das negociações consideradas, com destaque para a região Centro-Oeste (94%) e Sul (92%). As regiões Norte, Nordeste e Sudeste registraram percentuais parecidos de negociações com reajustes superiores à inflação, em torno de 87% cada.

Na região Norte se observa a maior incidência de reajustes que apenas igualaram o INPC-IBGE: 11%. E quando analisados da perspectiva dos reajustes abaixo do INPC-IBGE, o Norte e o Sudeste destacam-se por apresentarem os menores percentuais de negociações enquadradas nessa situação (por volta de 2%). Nesse quesito, as negociações de caráter nacional foram as que apresentaram a maior incidência de reajustes abaixo do índice inflacionário. Isso pode ser explicado pelo fato de boa parte das negociações pertencentes a esse grupo serem de empresas estatais, que geralmente utilizam o IPCA-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, cujos valores têm ficado abaixo do calculado pelo INPC-IBGE, índice de referência para as negociações salariais.

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais por região geográfica em comparação ao INPC-IBGE
Brasil - 2010



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Resultados de acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência inter-regional

Reajustes salariais por datas-base

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos resultados das negociações de reajustes salariais segundo a data-base das categorias. Exceto nas datas-base fevereiro e dezembro, que apresentaram os piores resultados em termos de quantidade de

negociações com aumento real, as demais registraram índices superiores a 80% das negociações com reajustes acima da inflação, com destaque para as datas-base janeiro, junho, julho, agosto, outubro e novembro, todas com mais de 90% dos reajustes acima do INPC-IBGE.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais, por
data-base, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2010

Variação	Data-base												em %
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Acima do INPC	93,1	77,8	86,4	85,4	86,1	91,1	93,1	91,3	89,2	95,1	96,8	66,7	88,7
Igual ao INPC	6,9	18,5	6,8	12,5	8,0	4,4	3,4	4,3	9,2	4,9	–	–	7,0
Abaixo do INPC	–	3,7	6,8	2,1	5,9	4,4	3,4	4,3	1,5	–	3,2	33,3	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

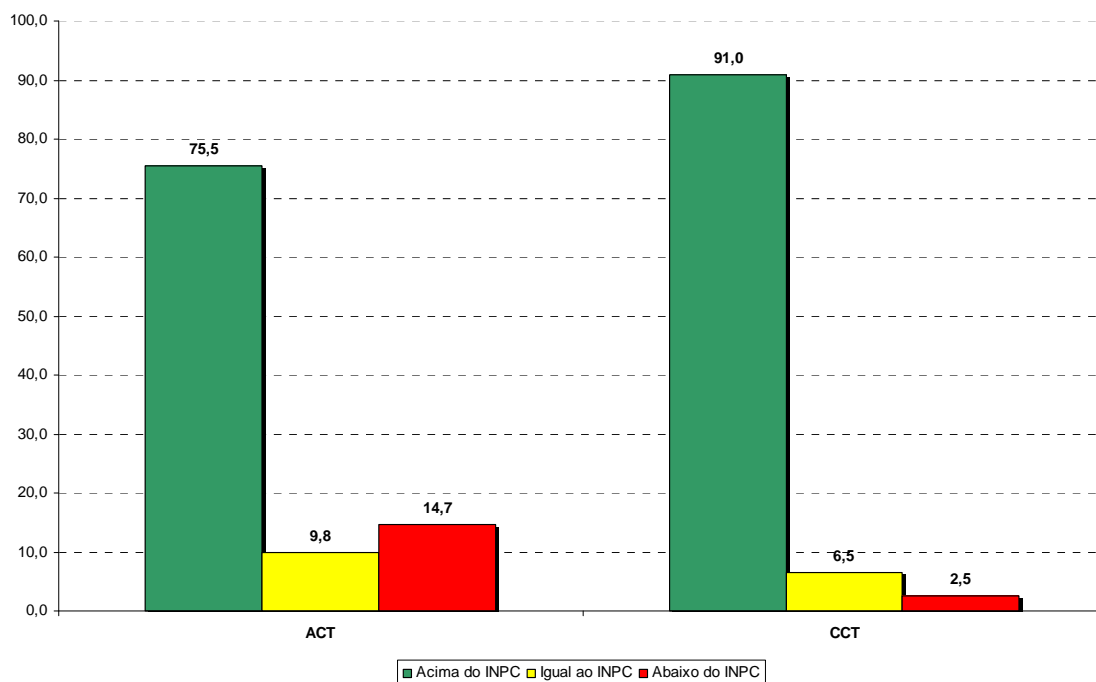
Reajustes salariais por tipo de negociação

Tal como observado nos últimos anos, em 2010, os resultados apurados nas convenções coletivas de trabalho² foram melhores que os percebidos nos acordos coletivos de trabalho³. Isto transparece na comparação entre o percentual de reajustes salariais acima do INPC-IBGE nas convenções coletivas (91%) e nos acordos coletivos (76%) e também na comparação dos reajustes abaixo do índice: cerca de 3% nas convenções coletivas e 15% nos acordos coletivos (Gráfico 3).

2 Documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas de trabalhadores e entidades sindicais representativas de empregadores.

3 Documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas de trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas.

GRÁFICO 3
Distribuição de acordos coletivos e convenções
coletivas de trabalho, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2010



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais das negociações dos reajustes

Outro aspecto importante para a análise das negociações salariais de 2010 é o da incidência de diferentes modalidades de aplicação dos reajustes conquistados pelas categorias. Neste estudo foram consideradas três modalidades principais, a saber: a) o parcelamento ou não dos reajustes salariais; b) a definição ou não de reajustes salariais diferenciados segundo critérios de escalonamento, tais como tamanho de empresa ou faixa salarial do empregado; e c) a concessão de reajustes salariais casada ou não com a concessão de abonos salariais complementares.

Quanto ao parcelamento, observa-se que em 2010 cerca de 95% das negociações definiram reajustes em parcela única e 5%, em duas ou três parcelas. Esses percentuais são muito semelhantes aos observados nas mesmas 700 unidades de negociação, em 2008 e 2009. Também foi possível notar que em apenas uma unidade não houve negociação de reajuste salarial em 2010 (em 2008 foram 3 e em 2009, 13)⁴ -Tabela 5.

⁴ O número de negociações sem reajuste salarial em 2008 é explicado, na maior parte dos casos, pelo fato de essas negociações terem acordado no ano anterior reajustes salariais com vigência de 2 anos.

TABELA 5
Número e percentual de unidades de negociação,
segundo critério de parcelamento dos reajustes salariais
Brasil - 2008-2010

Condição	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Pagamento em uma vez	668	95,4	651	93,0	667	95,3
Pagamento parcelado	30	4,3	39	5,6	32	4,6
em 2 vezes	29	4,1	34	4,9	28	4,0
em 3 vezes	1	0,1	4	0,6	4	0,6
em 4 vezes ou mais	0	0,0	1	0,1	0	0,0
Sem reajuste	3	0,4	13	1,9	1	0,1

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Quanto ao escalonamento, nota-se que em torno de 19% dos reajustes salariais conquistados pelas categorias analisadas apresentaram esta forma de pagamento. Esse percentual é um pouco mais elevado (quase quatro pontos percentuais) que o observado nas mesmas unidades de negociação em 2008 e 2009. O mesmo fenômeno pode ser dito sobre a concessão de abonos salariais. Em 2010, cerca de 12% dos reajustes analisados foram concedidos em conjunto com abonos salariais. Em 2008 e 2009, o percentual foi menor (Tabela 6).

TABELA 6
Número e percentual de unidades de negociação que adotaram o critério de
escalonamento de reajustes e/ou concedem abono salarial
Brasil - 2008-2010

Condição	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Total de escalonamentos	107	15,3	105	15,0	132	18,9
Escalonamento sem abono salarial	94	13,4	92	13,1	97	13,9
Abono salarial e escalonamento	13	1,9	13	1,9	35	5,0
Total de abonos salariais	61	8,7	56	8,0	86	12,3
Abono salarial e escalonamento	13	1,9	13	1,9	35	5,0
Abono salarial sem escalonamento	48	6,9	43	6,1	51	7,3

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Resultados em comparação com o ICV-DIEESE

Utilizando o Índice de Custo de Vida calculado pelo DIEESE (ICV-DIEESE) como parâmetro de comparação dos reajustes salariais, é possível constatar que, em 2010, cerca de 80% das negociações conseguiram superar o índice inflacionário e aproximadamente 20% chegaram a índices insuficientes para recompor a inflação acumulada.

Na comparação com o resultado obtido pelas mesmas unidades de negociação nos dois anos anteriores, nota-se que houve redução expressiva no percentual de negociações de reajustes com ganhos reais (acima de 10 pontos percentuais) e um aumento inversamente proporcional nas negociações que resultaram em perdas salariais. Essa variação decorre principalmente do fato de que, em 2010, o ICV-DIEESE apresentou variação maior que o INPC-IBGE nas taxas de inflação acumulada em cada data-base.

Chama a atenção o fato de que nenhuma das 700 unidades de negociação consideradas apresentou reajuste em valor igual ao do ICV-DIEESE, embora este seja utilizado por muitas categorias nas pautas de reivindicação (Tabela 7).

TABELA 7
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil - 2008-2010

Variação	2008		2009		2010	
	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do ICV-DIEESE	683	97,6	653	93,3	561	80,1
Mais de 5% acima	7	1,0	13	1,9	19	2,7
De 4,01% a 5% acima	20	2,9	12	1,7	18	2,6
De 3,01% a 4% acima	67	9,6	38	5,4	39	5,6
De 2,01% a 3% acima	145	20,7	110	15,7	91	13,0
De 1,01% a 2% acima	266	38,0	174	24,9	158	22,6
De 0,01% a 1% acima	178	25,4	306	43,7	236	33,7
Igual ao ICV-DIEESE	-	-	-	-	-	-
De 0,01% a 1% abaixo	12	1,7	29	4,1	130	18,6
De 1,01% a 2% abaixo	1	0,1	1	0,1	6	0,9
De 2,01% a 3% abaixo	1	0,1	2	0,3	1	0,1
De 3,01% a 4% abaixo	-	-	4	0,6	1	0,1
De 4,01% a 5% abaixo	3	0,4	4	0,6	-	-
Mais de 5% abaixo	-	-	7	1,0	1	0,1
Abaixo do ICV-DIEESE	17	2,4	47	6,7	139	19,9
Total	700	100,0	700	100,0	700	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Considerações finais

Em 2010, aproximadamente 96% das negociações coletivas analisadas conquistaram reajustes que, no mínimo, reconstituíram o poder de compra dos salários medido pelo INPC-IBGE.

Quando considerados somente os reajustes acima da inflação, verifica-se que, em 2010, as categorias profissionais analisadas pelo DIEESE apresentaram o melhor desempenho de toda a série de estudos dos reajustes desde 1996. No ano passado, não apenas verificou-se a maior proporção de reajustes com aumento real (quase 89% do painel), como também se observou crescimento da magnitude dos aumentos reais dos salários das categorias analisadas. Como pode ser observado no estudo, cerca de 15% do painel considerado apresentou aumentos reais superiores a 3% do INPC-IBGE. Nos dois anos anteriores, o percentual de negociações localizadas nessa faixa de ganho foi, respectivamente, de 4% e 5%.

Esse fenômeno pode ser explicado por várias razões. A principal, talvez, seja a retomada vigorosa do crescimento econômico brasileiro, observado desde meados de 2009, que superou em definitivo os efeitos da crise econômica internacional em no país. Como se sabe, a retomada se deu por força do crescimento do mercado interno, mediante uma conjunção de medidas distributivas, como o aumento do salário mínimo, a manutenção do crédito e os estímulos à produção, que sustentaram a expansão da economia nacional. Nesse contexto de crescimento econômico e redução do desemprego, somados à manutenção da inflação em baixos patamares e à, não menos importante, liberdade para a negociação coletiva, as entidades sindicais dos trabalhadores encontraram um ambiente propício para cobrar melhora da repartição nos ganhos de produtividade das empresas.

No entanto, ainda persistem alguns riscos e desafios ao movimento sindical brasileiro. Como o estudo revelou, poucas foram as negociações que conquistaram aumentos reais superiores à taxa de crescimento do PIB, aqui considerado apenas ilustrativamente como indicador dos ganhos de produtividade da economia brasileira. Outro desafio, ou risco, decorre do aumento das taxas inflacionárias, que pode influir negativamente nas mesas de negociação em 2011. Contudo, espera-se que a economia continue crescendo, ainda que em taxas menores, como indicam as projeções feitas por diversas instituições, e há de se considerar a expectativa de que as taxas de desemprego continuem declinantes.

Espera-se, portanto, em 2011 a manutenção desse cenário virtuoso. Cabe aos trabalhadores e entidades representativas continuarem lutando por melhores salários e uma justa distribuição de renda.

ANEXOS

Características do Painel

A Tabela 8 expõe a distribuição das unidades de negociação segundo as regiões geográficas. O Sudeste reuniu cerca de 41% das informações, seguido do Sul, com 27%, e do Nordeste, com 17%. O Norte e o Centro-Oeste contribuem com aproximadamente 13% das informações - 6% são relativos ao Norte e 7%, ao Centro-Oeste. Do total de unidades acompanhadas cerca de 2% referem-se àquelas com abrangência nacional.

TABELA 8
Distribuição dos reajustes salariais por
região geográfica e unidade da federação
Brasil - 2010

Região/UF	nº	%
Norte	44	6,3
Nordeste	121	17,3
Centro-oeste	48	6,9
Sudeste	284	40,6
Sul	191	27,3
Nacional (1)	12	1,7
TOTAL	700	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Nota 1): resultados de acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência inter-regional

A distribuição dos reajustes salariais de acordo com a data-base revela que o mês de maio concentra parcela significativa das informações (27%). A data-base março também reúne número elevado de categorias: cerca de 13% do painel estudado. No segundo semestre, setembro e novembro são os meses com maior participação, próxima de 9% das unidades de negociação em cada uma das datas-base (Tabela 9).

TABELA 9
Distribuição dos reajustes salariais por data-base
Brasil - 2010

Região/UF	nº	%
Janeiro	72	10,3
Fevereiro	27	3,9
Março	88	12,6
Abril	48	6,9
Maiο	187	26,7
Junho	45	6,4
Julho	29	4,1
Agosto	23	3,3
Setembro	65	9,3
Outubro	41	5,9
Novembro	63	9,0
Dezembro	12	1,7
TOTAL	700	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação, entende-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta em um documento formalizado entre as partes.
5. Nos estudos realizados entre 1996 e 2008 foram considerados reajustes referentes a um conjunto de categorias profissionais que ano a ano formavam um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações de reajustes salariais de categorias pertencentes a um painel fixo, tomando por base as negociações analisadas em 2008. No momento, este painel conta com 845 unidades de negociação, incluindo os setores da indústria, comércio, serviços e rural. Destas, foram obtidas informações de reajuste de 800 unidades de negociação em 2008; 762 em 2009; e 700 em 2010. Não foram considerados os reajustes salariais das negociações do setor rural.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.

9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Os dados relativos aos anos de 1996 a 2002 não correspondem aos resultados apresentados em publicações anteriores, pois a base de dados desse período foi revista. As alterações ocorreram porque os acordos e convenções coletivas de trabalho de servidores públicos e de trabalhadores rurais, documentos que até então constavam dos painéis, foram excluídos para fins de adequação aos critérios metodológicos expostos na nota nº 6.
11. As demais diferenças eventualmente observadas entre os resultados de anos anteriores apresentados no presente estudo e as informações divulgadas à época decorrem de revisão na base de dados.
12. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal; e no texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Vice-presidente: Tadeu Moraes de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Secretário: Pedro Celso Rosa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP
Diretor Executivo: Ana Tércia Sanches
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Antônio de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretor Executivo: José Carlos Souza
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Maria das Graças de Oliveira
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Luís Augusto Ribeiro Costa
Mahatma Ramos dos Santos

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

Clóvis Scherer
Paulo Jäger
Regina Camargos